

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.253 - SP (2019/0261868-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE ADAMANTINA
ADVOGADOS : ADALBERTO GODOY - SP087101
ROGÉRIO MONTEIRO DE PINHO - SP233916
AGRAVADO : ELTON SOARES DA SILVA
ADVOGADO : RICARDO BUCHINI NETO - MS021013

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE ADAMANTINA, fundado no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (fl. 476):

EXECUÇÃO - Penhora de bem imóvel rural - Impugnação Alegação no sentido de que referido bem seria impenhorável, por ser considerada pequena propriedade rural - Hipótese em que ficou demonstrado que se tratar de fato de pequena propriedade rural, destinada ao sustento do agravante e de sua família Determinada a suspensão da Praça, e o levantamento da penhora - Recurso parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 373, II, 434, 435, 649, VIII, 833, VIII, do CPC/15; 1º, 4º, §2º, da Lei 8.009/90; 4º, II da Lei 4.504/64; 1º, 185, I e 4º da Lei 8.629/93, bem como a configuração de dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, em síntese, que: (i) "*é necessária a demonstração efetiva e clara de que o imóvel além de habitado é trabalhado pela unidade familiar que lá reside, o que não é o caso dos autos*" - (fl. 526); (ii) "*o art. 5º, XXVI, da CF não se aplica ao caso em tela, posto que o dispositivo carece de uma norma que regulamente o que seria a pequena propriedade rural*" - (fl. 539).

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal*

na forma do novo CPC".

No tocante à possibilidade de penhora do imóvel rural, o TJ-SP, soberano na análise do acervo fático-probatório, consignou que, no caso concreto, restou demonstrado que o bem jurídico em tela caracteriza-se como pequena propriedade rural utilizada para o sustento do recorrido e de sua família, o que afasta a aplicação de instituto expropriatório na execução. Confira-se excerto do v. acórdão estadual (fls. 478/479):

O artigo 5², inciso XXVI, da Constituição Federal assim dispõe: "a pequena propriedade rural, assim, definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento". - Grifos nossos.

O Código de Processo Civil, em seu art. 833, inciso VIII, estabelece que: "São absolutamente impenhoráveis: (...) a pequena propriedade rural, assim definida em lei desde que trabalhada pela família". - Grifos nossos.

É considerada pequena propriedade rural, nos termo do artigo 4^a da Lei 8.629/93, o imóvel rural, de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais, e o imóvel rural é definido como, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial.

No município de Junqueirópolis o modulo fiscal é de 20ha, segundo a Tabela do Incra do Sistema Nacional de Cadastro Rural, http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/Índices-cadastrais/indices_básicos_2013_por_municipio.pdf.

Portanto, não pairam controvérsias a respeito de que o módulo fiscal para a região seria de 20ha e, assim, a propriedade do agravante possui 10,84ha, sendo que o executado ainda juntou aos autos as cópias de notas fiscais demonstrando que comercializa leite in natura extraído da criação que mantém na propriedade (fls. 433/436), bem como apresenta conta de energia elétrica da propriedade em seu nome, com o consumo mensal dos meses de julho/2018 e agosto/2018 (fls.438/439), no intuito de demonstrar que referido bem serve de moradia, e também de lá retiraria seu sustento.

O agravado demonstrou que o imóvel penhorado tem área inferior ao módulo fiscal para a região (20 ha) , caracterizado assim com pequena propriedade rural, e que o mesmo seria de fato utilizado para o seu sustento e de sua família.

Quanto aos demais pedidos relativos ao excesso de penhora e

citação de todos os herdeiros, tais pedidos deverão ser dirigidos ao juízo monocrático, sob pena de supressão de grau de jurisdição. Portanto, deverá ser suspensa a praça do imóvel rural denominado Sítio Santo Antônio, medindo 10,84has, matrícula nº 7678, sito Município de Junqueirópolis, bem com deverá ser levantada a penhora sobre o imóvel em questão.

Como se infere da leitura do excerto ora transcrito, há fundamento constitucional no v. Acórdão estadual, essencial ao deslinde da controvérsia. No entanto, a ora recorrente não interpôs o competente recurso extraordinário, motivo pelo qual ao apelo nobre encontra óbice na Súmula n. 126/STJ, que assim dispõe, *in verbis*:

"É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si so, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário"

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PEQUENA PROPRIEDADE RURAL. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E LEGAL. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. CARACTERIZAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. GARANTIA HIPOTECÁRIA. CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA. FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE PRODUTIVA. IMPENHORABILIDADE. ARTS. 649, INCISO VIII, DO CPC DE 1973, E 5º, INCISO XXVI, DA CF/88. PROVIMENTO.

1. É inviável o recurso especial se a parte deixa de impugnar, pela via processual adequada, fundamento constitucional do acórdão recorrido (Súmula 126 do STJ).

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1176108/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 25/09/2018 - grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SUPLEMENTAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE AUMENTO DO

BENEFÍCIO PAGO PELO INSS. DEVOLUÇÃO DOS DESCONTOS INDEVIDOS.

INCIDÊNCIA DOS ÓBICES DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. In casu, a Corte de origem enfrentou a controvérsia com base em fundamentos de natureza constitucional e infraconstitucional. A agravante, no entanto, não interpôs o necessário recurso extraordinário para impugnar o fundamento constitucional, suficiente, por si só, para manter o aresto local, o que atrai a incidência da Súmula 126 desta Corte Superior. Precedentes.

(...)

3. Agravo interno ao qual se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1267131/PR, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 27/09/2018 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTIDA A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL - INSURGÊNCIA DO EMBARGANTE.

1. É inviável o recurso especial se a parte deixa de impugnar, pela via processual adequada, fundamento constitucional do acórdão recorrido. Incidência da Súmula 126 do STJ: 'E inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário'.

(...)

3. Agravo interno desprovido."

(AgInt nos EDcl no AREsp 877.872/RS, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 12/09/2018 - grifou-se)

Além disso, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido para aferir se a propriedade possui ou não os requisitos referentes a impenhorabilidade demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ,

Superior Tribunal de Justiça

conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator